

PROCEDIMENTO

R000-2024/1001

CONCURSO PÚBLICO

com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

“Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da
Universidade NOVA de Lisboa”

PROGRAMA DO CONCURSO

RUNL – 2024

Índice

Capítulo I Disposições gerais.....	4
Artigo 1.º Identificação do procedimento	4
Artigo 2.º Objeto do procedimento.....	4
Artigo 3.º Entidade Adjudicante.....	4
Artigo 4.º Órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 5.º Preço Base e Prazo	5
Artigo 6.º Escolha do tipo de procedimento	6
Artigo 7.º Órgão competente para a prestação de esclarecimentos.....	6
Capítulo II Proposta	6
Artigo 8.º Elementos e documentos da Proposta.....	6
Artigo 9.º Idioma da Proposta e documentos associados.....	10
Artigo 10.º Propostas variantes.....	10
Artigo 11.º Prazo para apresentação das propostas	10
Artigo 12.º Modo de apresentação das propostas e dos seus documentos.....	11
Artigo 13.º Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do concurso.....	12
Artigo 14.º Prazo da obrigação da manutenção das propostas.....	13
Artigo 15.º Plataforma eletrónica de suporte ao procedimento.....	13
Capítulo III Avaliação	13
Artigo 16.º Critério de adjudicação	13
Artigo 17.º Critério de desempate na avaliação das propostas	14
Capítulo IV Habilitação	14
Artigo 18.º Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	14
Artigo 19.º Prazo para apresentação dos documentos de habilitação	16
Capítulo V Caução.....	16
Artigo 20.º Caução	16
Capítulo VI Adjudicação.....	17
Artigo 21.º Dever de adjudicação.....	17
Artigo 22.º Notificação da decisão de adjudicação	18
Artigo 23.º Causas de não adjudicação	18

Artigo 24.º Revogação da decisão de contratar	19
Capítulo VII Contrato	19
Artigo 25.º Contrato escrito e aprovação da minuta	19
Artigo 26.º Reclamações da minuta do contrato	20
Artigo 27.º Celebração do contrato.....	20
Capítulo VIII Disposições finais.....	21
Artigo 28.º Possibilidade de adoção de Ajuste Direto	21
Artigo 29.º Referências e terminologia	21
Artigo 30.º Legislação Aplicável	21
Anexo I Modelo de declaração.....	23
Anexo II Modelo de declaração.....	25
Anexo III Formulário da proposta.....	26
Anexo IV Modelo de Avaliação de Propostas	28
Anexo V Regras de Realização do Sorteio	32

Capítulo I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Identificação do procedimento

1. O presente Programa define os termos a que obedece o procedimento de concurso público com publicação de anúncio internacional, com a referência R000-1001/2024, tendo por objeto a aquisição de “**Serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa**”, nos termos e condições constantes do respetivo Caderno de Encargos (CE) e seus Anexos;

Artigo 2.º

Objeto do procedimento

1. O objeto do presente concurso é o definido na Cláusula 1.ª do Caderno de Encargos.
2. O objeto do contrato a celebrar encontra-se classificado, de acordo com o Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), aprovado como anexo ao Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão Europeia, de 28 de novembro de 2007, com o seguinte código:
 - **CPV:** 63510000-7 – Serviços agências de viagens e serviços similares.

Artigo 3.º

Entidade Adjudicante

1. A Entidade Adjudicante, é a Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa (UNL), fundação publica de direito privado, com sede sita no *Campus* de Campolide, 1099-085 Lisboa, pessoa coletiva de direito publico, com o NIPC 501 559 094, com contacto institucional, no âmbito do presente procedimento, na Divisão de Contratação Pública (DCP):
 - Contactos: telefone 213 715 600; email: dcp.fundacao@unl.pt

2. A condução de procedimentos de contratação das aquisições foi centralizada nos Serviços da DCP, ao abrigo do artigo 17.º do “Regulamento Orgânico dos Serviços da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa”, aprovado pelo Despacho n.º 14898-A/2022, publicado no Diário da República, 2.ª série, Parte E, n.º 251, de 30 de dezembro de 2022.

Artigo 4.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar bem como a autorização de compromissos plurianuais foram objeto de Deliberação do **Conselho de Gestão** da Universidade NOVA de Lisboa, nos termos das disposições conjugadas da alínea c), do n.º 1 do artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, que se mantém em vigor por força do previsto na alínea f), do n.º 1, do art.º 14.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o CCP, do artigo 14.º e do n.º 6, do artigo 21.º, dos Estatutos da UNL em anexo ao Despacho Normativo nº 3/2020, publicado no DR, 2.ª série, parte C, n.º 26, de 6 de fevereiro.

Artigo 5.º

Preço Base e Prazo

1. O preço base, de acordo com o previsto no artigo 47.º do CCP, entendido como o preço máximo que a Primeira Outorgante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do Contrato, é fixado no montante de **€ 404 760,44 (quatrocentos e quatro mil, setecentos e sessenta euros e quarenta e quatro cêntimos)**, sendo todos os valores acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável. Na definição do preço base incluem-se todos os serviços necessários à correta e completa execução do contrato.
2. O prazo máximo de execução do contrato é de **15 (quinze)** meses ou até que se esgote o valor contratado, iniciando-se na data da sua assinatura, sem prejuízo das

obrigações acessórias, contratuais e legais que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

Artigo 6.º

Escolha do tipo de procedimento

A modalidade do presente procedimento de contratação pública é o **concurso público** com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), escolhido nos termos do disposto no artigo 18.º e na alínea a), do n.º 1, do artigo 20.º e tramitado nos termos do disposto nos artigos 130.º e seguintes, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 7.º

Órgão competente para a prestação de esclarecimentos

1. Todos os pedidos de esclarecimentos relativos ao presente concurso, nos termos do disposto no artigo 13.º do presente documento, devem ser submetidos na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no artigo 15.º do presente documento, endereçados ao júri do concurso.
2. Os esclarecimentos e as retificações referidos no número anterior fazem parte integrante das peças do concurso e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Capítulo II

Proposta

Artigo 8.º

Elementos e documentos da Proposta

1. A Proposta deverá ser constituída pelos seguintes elementos/documentos:
 - a. Documento Único de Contratação Pública (doravante “DEUCP”), o qual deve ser obtido na área específica do Portal da Comissão Europeia em: <https://joinup.ec.europa.eu/collection/eprocurement/solution/european-single->

[procurement-document](#) ou no sítio do Portal Base
<https://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>.

- b. Termos e condições da prestação dos serviços/bens, bem como a indicação pormenorizada de todos os serviços/bens abrangidos pela presente contratação;
2. A Proposta deverá também conter os seguintes elementos/documentos, nos termos do artigo 57.º do CCP:
- a. Declaração de aceitação do conteúdo do CE, que constitui o **Anexo I** ao presente PC, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP (modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP), assinada por representantes do concorrente, com poderes para o obrigar;
 - b. Quando aplicável, a Proposta do concorrente deve identificar, expressa e inequivocamente:
 - i. Os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites, não podendo, em caso algum, resultar a violação de qualquer parâmetro base fixado no CE;
 - ii. O valor, incorporado no preço indicado na Proposta, atribuído a cada um dos suprimentos a que se refere a alínea anterior.
 - c. Documento onde constem as características técnicas dos bens/serviços a fornecer.
 - d. Documentos e/ou elementos exigidos no CE e que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos (ou não) à concorrência por este, contenham os atributos da Proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar;
 - e. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua Proposta que importem

à execução do contrato e que, na sequência desta junção, vincularão o concorrente;

- f. Quaisquer outros documentos/certificados/declarações que sejam exigidos através da plataforma eletrónica de contratação pública indicada no artigo 15.º e/ou através de outros meios eletrónicos (em formato documental ou através de disponibilização de *link* que permita a sua consulta completa de todos os elementos relevantes através de um *sítio* na *internet* do Concorrente e/ou do fabricante);
 - g. **Certidão do registo comercial**, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções.
 - h. Caso aplicável, a documentação relativa à **suficiência de poderes** para assinar a proposta e obrigar o Concorrente (“Procuração e/ou Delegação de Poderes”).
3. A Proposta deverá, ainda, conter os seguintes elementos, obrigatoriamente:
- a. Formulário da Proposta preenchido, contendo a manifestação de vontade do concorrente de contratar, indicando as condições em que se dispõe fazê-lo, que constitui o **Anexo III** ao presente PC;
 - b. Indicação do prazo para a prestação integral dos serviços;
 - c. Indicação da detenção (ou autorização) dos direitos de exclusividade sobre os serviços em questão, se aplicável;
 - d. Prazo de validade da Proposta, pela qual o concorrente se obriga a manter os preços e as demais condições da mesma;
 - e. Comprovativo acreditação pela *International Air Transport Association* (IATA);
 - f. Comprovativo de acesso a um sistema de distribuição global (*GDS – Global Distribution System*);

- g. Matriz de avaliação “**Formulário Proposta.xlsx**” a que alude o Anexo IV, devidamente preenchida, digitalizada, datada e assinada.
4. Está vedado o recurso à subcontratação de terceiros para suprir quaisquer dos requisitos mínimos obrigatórios exigidos aos elementos da Equipa a afetar à prestação de serviços e/ou de capacidade técnica.
 5. Em virtude das especificidades técnicas das prestações objeto do presente procedimento, os documentos destinados a comprovar, quer atributos da Proposta, de natureza técnica, submetidos à concorrência, de acordo com os quais o concorrente se dispõe contratar, quer os termos e condições relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência, igualmente de natureza técnica, aos quais a Entidade Adjudicante pretende que o concorrente se vincule, podem ser redigidos em língua inglesa, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 58.º do CCP.
 6. Os documentos e elementos da Proposta, bem como os respetivos requisitos previstos no presente artigo são considerados essenciais pela Entidade Adjudicante, para efeitos do disposto no CCP.
 7. As propostas admitidas não serão objeto de negociação.
 8. A falsidade de qualquer declaração implica a exclusão do concorrente, qualquer que seja a fase em que se encontre o procedimento.
 9. O previsto no presente artigo não prejudica a aplicação do disposto no artigo 72.º do CCP.
 10. O Júri reserva-se ao direito de, se assim o entender, solicitar esclarecimentos ou comprovativos adicionais aos concorrentes ou a terceiros respeitantes à Proposta apresentada.

Artigo 9.º

Idioma da Proposta e documentos associados

Todos os documentos da Proposta têm, obrigatoriamente e sob pena de exclusão, de ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada, em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos, à exceção dos comprovativos das certificações da empresa e das certificações e habilitações exigidas aos recursos humanos que podem ser entregues em língua inglesa, sem prejuízo no disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.

Artigo 10.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes à Proposta base.

Artigo 11.º

Prazo para apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas/submetidas, sob pena de exclusão, na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no artigo 15.º, até às 23h59m do **30.º (trigésimo)** dia, a contar da data do envio do anúncio ao Serviço das Publicações Oficiais da União Europeia, em cumprimento do previsto no n.º 1, do artigo 136.º do CCP.
2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura eletrónica nos termos da legislação aplicável, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido devidamente assinadas e recebidas até à data e hora referidas no precedente n.º 1.
3. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

4. Se o prazo a que alude o n.º 1 terminar em sábado, domingo ou feriado, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte, até às 9h59m.

Artigo 12.º

Modo de apresentação das propostas e dos seus documentos

1. A apresentação das propostas e de todos os documentos que as constituem (nos termos do previsto nas peças deste procedimento) deve ser realizada exclusivamente na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no artigo 15.º
2. As propostas e todos os documentos que as constituem (nos termos do previsto nas peças deste procedimento), devem ser apresentados dactilografados ou processados informaticamente, sem rasuras ou palavras entrelinhadas, na plataforma *supra* indicada, nas condições identificadas na mesma.
3. As propostas devem ser assinadas eletronicamente, mediante a utilização de assinatura digital qualificada, nos termos do previsto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, revogando o Decreto-Lei n.º 143 A/2008, de 25 de julho e a Portaria n.º 701 G/2008, de 29 de julho.
4. Para além das propostas, os concorrentes deverão assinar eletronicamente todos os documentos que lhes associarem com um certificado digital qualificado, de acordo com o previsto no número anterior, sem prejuízo do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
5. Nos casos em que o certificado digital utilizado não possa relacionar diretamente o assinante com a qualidade em que intervém e com os respetivos poderes de representação, o concorrente deve submeter na plataforma um documento oficial comprovativo dos mesmos.
6. É de completa e total responsabilidade dos interessados cumprir, tempestivamente, todas as formalidades necessárias para ter acesso à plataforma onde decorre o

procedimento, exigidas pela entidade gestora da mesma, bem como para garantir e comprovar a submissão com sucesso, dentro do prazo concedido.

7. A falsidade de qualquer declaração e/ou documento implica a exclusão do concorrente do procedimento, qualquer que seja a fase em que se encontre o mesmo.

Artigo 13.º

Esclarecimentos, retificações e alteração das peças do concurso

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças oficiais do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das mesmas por si detetados, nos termos e para efeito do disposto no artigo 50.º do CCP.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a. O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b. O órgão competente para a decisão de contratar ou outro, a que aquele delegue, expressamente, as competências próprias e/ou atribuídas pelo CCP, deve pronunciar-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão a contratar ou quem, à data, tenha a competência delegada para o efeito deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
4. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública indicada no artigo 15.º e juntos às peças do

procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.

5. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 14.º

Prazo da obrigação da manutenção das propostas

O prazo da obrigação de manutenção das propostas é de 120 (cento e vinte) dias contados do dia seguinte à data do termo do prazo para a respetiva apresentação.

Artigo 15.º

Plataforma eletrónica de suporte ao procedimento

1. O presente procedimento será integralmente conduzido através da plataforma eletrónica de contratação utilizada pela NOVA, a “AcinGov”, em <https://www.acingov.pt>.
2. O processo encontra-se disponível para consulta no local indicado no artigo 3.º *supra*, onde pode ser examinado até ao prazo limite de apresentação das propostas, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 09h30 – 12h30 e das 14h00 às 17h00.

Capítulo III

Avaliação

Artigo 16.º

Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade “**Multifator**”, prevista na alínea a), do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, densificado pelos factores “TSTA - Taxa de Serviço de

Transporte Aéreo, TSA – Taxa de Serviço de Alojamento, TSTF – Taxa de Serviço de Transporte Ferroviário, TSAV – Taxa de Serviço de Aluguer de Viaturas, TSOSC – Taxa de Serviço de Outros Serviços Complementares” e respetivos subfactores, conforme modelo de avaliação de propostas que constitui o Anexo IV ao presente Programa.

Artigo 17.º

Critério de desempate na avaliação das propostas

1. Em caso de empate, a proposta vencedora será apurada através de sorteio presencial, nos termos das regras de realização do sorteio (Anexo V) e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de três dias úteis.
2. Do ato do sorteio será lavrada ata, a assinar por todos os presentes

Capítulo IV

Habilitação

Artigo 18.º

Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. O Adjudicatário deve apresentar os documentos de habilitação de acordo com o previsto no artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do Adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos, nomeadamente:
 - a. Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II do CCP, que constitui o **Anexo II** ao presente Programa, assinada por representante(s) do concorrente, com poderes para o obrigar, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 81.º do mesmo Código;

- b. Documentos comprovativos ou disponibilização de acesso para a sua consulta *online*, de que se encontra nas seguintes situações:
 - i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- c. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;
- d. **Certificado de registo criminal**, para efeitos de celebração de contratos públicos da pessoa coletiva, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- e. **Certidão do registo comercial**, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta *online*, nos termos previstos no n.º 5 do artigo 75.º do Código do Registo Comercial (CRC) e no artigo 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19 de dezembro, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
- f. Comprovativo de inscrição no **Registo do Beneficiário Efetivo**, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º, do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo;

- g. Se aplicável e no caso de não pretender aderir à faturação eletrónica, comprovativo da não sujeição à obrigação de emitir faturas eletrónicas, nomeadamente, certificação de PME ou outra obtida junto do IAMPEI;
- h. Outros documentos de habilitação de acordo com o previsto nas peças oficiais do procedimento e/ou de acordo com o previsto no artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, que define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do concorrente no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos;
- i. Quaisquer outros documentos que sejam exigidos através da plataforma eletrónica de contratação pública ou através de outros meios eletrónicos.

Artigo 19.º

Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O prazo para apresentação dos documentos de habilitação referidos no artigo 18.º é de **5 (cinco)** dias úteis contados a partir do dia seguinte à data da notificação da decisão de adjudicação.
2. O prazo para supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º do CCP, é de 3 (três) dias úteis contados a partir do dia seguinte à data da notificação para o efeito.

Capítulo V

Caução

Artigo 20.º

Caução

1. A caução deve ser prestada nos termos dos artigos 88.º e seguintes do CCP.

2. Para garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento das suas obrigações e cobrir eventuais danos, o adjudicatário deve prestar uma caução, no valor de **5 % do montante total do valor do contrato**, com exclusão do IVA, nos termos previstos no Programa de concurso.
3. A entidade adquirente pode considerar perdida a seu favor a caução prestada, independentemente de decisão judicial, nos casos de não cumprimento das obrigações legais, contratuais ou pré-contratuais, pelo adjudicatário.
4. No prazo de 30 (trinta) dias contados do cumprimento de todas as obrigações contratuais por parte do adjudicatário, a entidade adquirente promove a liberação da caução a que se refere o n.º 1.
5. A mora na liberação da caução confere ao adjudicatário o direito de indemnização, designadamente pelos custos adicionais por este incorridos com a manutenção da caução prestada por período superior ao que seria devido.
6. Todas as despesas derivadas da prestação da caução são da responsabilidade do adjudicatário.

Capítulo VI

Adjudicação

Artigo 21.º

Dever de adjudicação

1. Sem prejuízo das causas de não adjudicação previstas no presente Programa, a Entidade Adjudicante deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas.
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem

prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

Artigo 22.º

Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, nos termos do disposto no artigo 77.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a Entidade Adjudicante deve notificar o Adjudicatário para:
 - a. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da adjudicação, apresentar documento comprovativo da prestação da caução, quando aplicável, nos termos previstos nas peças do presente procedimento.
 - b. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da notificação da adjudicação:
 - i. Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa;
 - ii. Confirmar, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - iii. Pronunciar-se sobre a minuta do Contrato a celebrar.
3. As notificações referidas nos números anteriores devem ser acompanhadas do "Relatório Final da Análise e Avaliação das Propostas".

Artigo 23.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação quando:
 - a. Nenhum concorrente haja apresentado proposta;

- b. Todas as propostas tenham sido excluídas;
 - c. Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
 - d. Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.

Artigo 24.º

Revogação da decisão de contratar

- 1. A decisão de não adjudicação prevista no artigo anterior determina a revogação da decisão de contratar da Entidade Adjudicante.
- 2. Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d), do n.º 1, do artigo anterior ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

Capítulo VII

Contrato

Artigo 25.º

Contrato escrito e aprovação da minuta

- 1. O Contrato será reduzido a escrito e dele farão parte integrante:
 - a. Os suprimentos dos erros e das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pela Entidade Adjudicante;
 - b. Os esclarecimentos e retificações relativos ao CE;
 - c. O “Caderno de Encargos”;

- d. A Proposta adjudicada e os documentos anexos;
 - e. Os esclarecimentos sobre a Proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. A minuta do contrato é aprovada pela Entidade Adjudicante em simultâneo com a decisão de adjudicação, para ser notificada ao Adjudicatário, nos termos e para efeito do disposto na alínea d), do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

Artigo 26.º

Reclamações da minuta do contrato

1. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, nos termos do disposto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 96.º do CCP, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, a Entidade Adjudicante que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo Adjudicatário não fazem parte integrante do contrato.

Artigo 27.º

Celebração do contrato

A celebração do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 104.º do CCP.

Capítulo VIII

Disposições finais

Artigo 28.º

Possibilidade de adoção de Ajuste Direto

Fica prevista a adoção de Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP.

Artigo 29.º

Referências e terminologia

Caso aplicável, no que respeita às especificações e/ou características técnicas fixadas neste documento e/ou nos seus anexos, no cumprimento do previsto no artigo 49.º do CCP, a referência a quaisquer normas, fabricante, proveniência, processo específico de fabrico, marcas, patentes ou modelos e a determinada origem ou produção devem ser todas consideradas como acompanhadas da menção «ou equivalente».

Artigo 30.º

Legislação Aplicável

A tudo o que for omissa no presente Programa, aplicar-se-á o disposto no CCP.

ANEXOS

Anexo I
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento **R000-2024/1001 - Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos,

sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo II
Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento **R000-2024/1001 - Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

Anexo III
Formulário da proposta
Procedimento R000-2024/1001

PROPOSTA

“Aquisição de serviços de agência de viagens e similares para a Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa”

_____ (designação da empresa), com sede
_____ e o NIPC _____, propõe-se prestar os
serviços/entrega de bens objeto do presente procedimento de “**Aquisição de serviços
de agência de viagens e similares para a Reitoria da Universidade NOVA de
Lisboa**”, nos termos definidos no Programa de Concurso, no Caderno de Encargos e a
seguir explicitados:

1. As **Taxas de Serviços** a aplicar são as seguintes, com a decomposição abaixo indicada:

Transporte Aéreo (TSTA)

Emissão - __% __ (extenso)
Alteração/Cancelamento - __% __ (extenso)

Alojamento (TSA)

Emissão - __% __ (extenso)
Alteração/Cancelamento - __% __ (extenso)

Transporte Ferroviário (TSTF)

Emissão - __% __ (extenso)
Alteração/Cancelamento - __% __ (extenso)

Aluguer de Viaturas (TSAV)

Emissão - __% __ (extenso)
Alteração/Cancelamento - __% __ (extenso)

Outros Serviços Complementares (TSOSC)

Emissão/Execução - __% __ (extenso)
Alteração/Cancelamento - __% __ (extenso)

2. A todos os preços propostos acrescerá o IVA, à taxa legal em vigor, se devido, incluindo todos os custos associados à contratação dos serviços conexos.
3. O prazo de validade da proposta é de 120 dias úteis.
4. Junta-se em anexo a matriz de avaliação digitalizada “**Formulário Proposta.xlsx**”, devidamente preenchida, datada e assinada, independentemente de a assinatura ser digital ou manual.

(assinatura)

⁽¹⁾ Identificação completa do Adjudicatário/Ordenador.

⁽²⁾ Identificação completa da instituição garante.

⁽³⁾ Eliminar o que não interessar.

⁽⁴⁾ Indicar o valor por extenso.

⁽⁵⁾ Assinatura legíveis dos responsáveis legalmente mandatados p/o efeito, juntando evidência documental da atribuição dos bastantes poderes p/o efeito.

⁽⁶⁾ Juntar o(s) comprovativo(s) dos pagamentos legalmente devidos.

Anexo IV
Modelo de Avaliação de Propostas

Procedimento R000-2024/1001

1. Sob pena de exclusão, as propostas dos concorrentes devem incluir o preenchimento da matriz de resposta, um documento em formato “**Formulário Proposta.xlsx**”, anexo às peças do concurso e que delas faz parte integrante.
2. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade “**Multifator**”, de acordo com a ponderação dos seguintes factores e subfactores, que o densificam:

TSTA ----- cotação 55%

TSA ----- cotação 30%

TSTF ----- cotação 5%

TSAV ----- cotação 5%

TSOSC ----- cotação 5%

Sendo que:

TSTA – Taxa de Serviço de Transporte Aéreo;

TSA – Taxa de Serviço de Alojamento;

TSTF – Taxa de Serviço de Transporte Ferroviário;

TSAV – Taxa de Serviço de Aluguer de Viaturas;

TSOSC – Taxa de Serviço de Outros Serviços Complementares;

3. Para efeitos de calculo da Pontuação Final (PF), a mesma será obtida pela aplicação da seguinte formula matemática, tendo em contra a ponderação de cada um dos critérios, a saber:

$$\text{Pontuação Final (\%)} = TSTA \times 0,55 + TSA \times 0,30 + TSTF \times 0,05 + TSAV \times 0,05 + TSOSC \times 0,05$$

Em

que:

TSTA – Taxa de Serviço de Transporte Aéreo

TSA – Taxa de Serviço de Alojamento

TSTF – Taxa de Serviço de Transporte Ferroviário

TSAV – Taxa de Serviço de Aluguer de Viaturas

TSOSC – Taxa de Serviço de Outros Serviços Complementares

$$\text{TSTA (\%)} = TSTA_E \times 0,90 + TSTA_{A/C} \times 0,10$$

Em que:

TSTA_E – Taxa de Serviço para a Emissão de Bilhete de Transporte Aéreo

$$\text{TSTA}_E (\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSTA_E} - \text{Preço Proposto}_{TSTA_E}}{\text{Preço Base}_{TSTA_E}} \times 100$$

TSTA_{A/C} – Taxa de Serviço para alteração/Cancelamento de reserva de bilhete de transporte aéreo

$$\text{TSTA}_{A/C} (\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSTA_{A/C}} - \text{Preço proposto}_{TSTA_{A/C}}}{\text{Preço Base}_{TSTA_{A/C}}} \times 100$$

$$\text{TSA (\%)} = TSA_E \times 0,90 + TSA_{A/C} \times 0,10$$

Em que:

TSA_E – Taxa de Serviço para emissão de voucher de hotel

$$\text{TSA}_E (\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSA_E} - \text{Preço Proposto}_{TSA_E}}{\text{Preço Base}_{TSA_E}} \times 100$$

TSA_{A/C} – Taxa de serviço para alteração/cancelamento de voucher de hotel

$$TSA_{A/C}(\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSA_{A/C}} - \text{Preço Proposto}_{TSA_{A/C}}}{\text{Preço Base}_{TSA_{A/C}}} \times 100$$

$$TSTF(\%) = TSTF_E \times 0,90 + TSTF_{A/C} \times 0,10$$

Em que:

TSTF_E – Taxa de serviço para emissão de título de transporte ferroviário

$$TSTF_E(\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSTF_E} - \text{Preço Proposto}_{TSTF_E}}{\text{Preço Base}_{TSTF_E}} \times 100$$

TSTF_{A/C} – Taxa de serviço para alteração/cancelamento de título de transporte ferroviário

$$TSTF_{A/C}(\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSTF_{A/C}} - \text{Preço Proposto}_{TSTF_{A/C}}}{\text{Preço Base}_{TSTF_{A/C}}} \times 100$$

$$TSAV(\%) = TSAV_E \times 0,90 + TSAV_{A/C} \times 0,10$$

Em que:

TSAV_E – Taxa de serviço para emissão de voucher de aluguer de viaturas

$$TSAV_E(\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSAV_E} - \text{Preço Proposto}_{TSAV_E}}{\text{Preço Base}_{TSAV_E}} \times 100$$

TSAV_{A/C} – Taxa de serviço para alteração/cancelamento de voucher de aluguer de viatura

$$TSAV_{A/C}(\%) = \frac{\text{Preço Base}_{TSAV_{A/C}} - \text{Preço Proposto}_{TSAV_{A/C}}}{\text{Preço Base}_{TSAV_{A/C}}} \times 100$$

$$TSOSC(\%) = TSOSC_E \times 0,90 + TSOSC_{A/C} \times 0,10$$

Em que:

TSOSC_E – Taxa de serviço para a execução de outros serviços complementares

$$TSOSC_E(\%) = \frac{Preço\ Base_{TSOSC_E} - Preço\ Proposto_{TSOSC_E}}{Preço\ Base_{TSOSC_E}} \times 100$$

TSOSC_{A/C} – Taxa de serviço para alteração/cancelamento de outros serviços complementares

$$TSOSC_{A/C}(\%) = \frac{Preço\ Base_{TSOSC_{A/C}} - Preço\ Proposto_{TSOSC_{A/C}}}{Preço\ Base_{TSOSC_{A/C}}} \times 100$$

4. Em caso de empate entre as propostas, será ordenada em posição mais elevada a proposta com maior pontuação obtida na taxa de serviço de transporte aéreo. Se se mantiver o empate, será ordenada em posição mais elevada a proposta com maior pontuação obtida na taxa de serviço de alojamento. Caso, ainda assim, o empate se mantenha, será ordenada em posição mais elevada a proposta com maior pontuação obtida na taxa de serviço de transporte ferroviário, e, caso o empate subsista para a proposta com maior pontuação obtida na taxa de serviço de aluguer de viaturas. Se, ainda assim, o empate se mantiver, será colocada em posição mais elevada a proposta com maior pontuação na taxa de serviço de outros serviços complementares.
5. Caso o empate persista depois de aplicados os critérios indicados no número anterior, a proposta vencedora será apurada através de sorteio presencial, nos termos das regras de realização do sorteio, que constituem o Anexo V ao presente Programa e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão notificados aos concorrentes com uma antecedência mínima de três dias úteis. Do ato do sorteio será lavrada ata, a assinar por todos os presentes.

Anexo V
Regras de Realização do Sorteio

[a que se refere o artigo 17.º do Programa do concurso]

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será efetuado por sorteio realizado pelo júri na presença do representante legal de cada um dos concorrentes.

Proceder-se-á ao desempate das propostas, através de sorteio em conformidade com o seguinte procedimento:

1. Notificação dos concorrentes, com um prazo de 3 dias úteis de antecedência, da data e hora a efetuar o sorteio, através de mensagem na plataforma eletrónica de contratação pública, indicada no Programa do Concurso.
2. Será concedida uma tolerância de 15 minutos relativamente à hora marcada, após a qual será realizado o sorteio com os concorrentes presentes, sendo que a bola dos eventuais concorrentes em falta, será retirada por uma testemunha externa, na presença de todos os participantes no sorteio.
3. A realização do sorteio terá lugar nas instalações da Reitoria da NOVA, sitas no Campus de Campolide 1099-085 Lisboa e/ou na impossibilidade, devidamente comprovada, de comparência das pessoas referidas em epígrafe, também por videoconferência.
4. A ordenação será determinada através da metodologia de retirada, pelos concorrentes, de uma bola de um saco opaco, cujo número inscrito na mesma determinará a ordenação das propostas, significando designadamente:
 - 1.ª Posição – Bola n.º 1,
 - 2.ª Posição – Bola n.º 2,
 - 3.ª Posição – Bola n.º 3,
 - ... e assim sucessivamente tendo em conta a quantidade de propostas empatadas.
5. A ordem de retirada das bolas ocorrerá em conformidade com a ordem de receção das propostas na plataforma eletrónica de contratação pública.

6. Terminado o sorteio, será lavrada uma ata do mesmo, com a ordenação final dos concorrentes, a qual será lida em voz alta pelo Presidente do Júri, após o que será questionado aos concorrentes presentes se têm alguma objeção.

7. Não havendo objeções por parte dos concorrentes presentes, será formalmente declarado encerrado o sorteio, sendo a ata assinada por todos os participantes ou representantes mandatados para o efeito.